



CADERNO DE ENCARGOS

**Prestação de Serviços, em regime de avença, para um
Técnico Superior na área de Arqueologia**

CONSULTA PRÉVIA

**(Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de janeiro, revisto e republicado pelo Decreto-Lei nº 111-B/2017 de
31 de agosto**

ÍNDICE

CLÁUSULAS

- 1ª – Objecto do fornecimento
- 2ª – Celebração de contrato
- 3ª – Elementos que instruem a proposta
- 4ª - Prazo de execução do contrato
- 5ª – Obrigações principais do adjudicatário
- 6ª – Gestor do contrato
- 7ª – Preço base
- 8ª – Preço anormalmente baixo
- 9ª – Preço contratual
- 10ª – Caução
- 11ª – Adjudicação
- 12ª - Critérios de adjudicação
- 13ª – Condições de pagamento
- 14ª – Força maior
- 15ª – Resolução por parte do contratante público
- 16ª – Seguros
- 17ª – Subcontratação e cessão da posição contratual
- 18ª – Resolução de litígios – Foro competente
- 19ª – Encargos do concorrente
- 20ª – Comunicação e notificações
- 21ª – Contagem de prazos
- 22ª – Dever de sigilo
- 23ª – Legislação aplicável

Disposições gerais

1. Objecto do fornecimento

- O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar, na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objecto principal a prestação de serviços para a continuação do projeto **“Levantamento Arquitectónico do Território de Mangualde”**, **“Contribuição para o desenvolvimento na base de dados do Município**, e colaboração nos trabalhos de **“Acompanhamento Arqueológico”** nas obras públicas de iniciativa da Câmara Municipal de Mangualde, de um Técnico Superior de Arqueologia, em regime de avença, tendo por objecto prestações sucessivas, no exercício de profissão liberal. Estes procedimentos inserem-se na estratégia de gestão do património cultural, através do Gabinete de Arqueologia e Gestão e Programação do Património Cultural da **Divisão de Gestão de Obras Públicas, Particulares, Urbanismo e Equipamentos Públicos (DGOPPUEP)**, e envolvem atividades que só podem ser efetuadas por quem tenha habilitação legal para exercer os atos próprios da profissão de arqueólogo.

Assim, do projecto referido, destacam-se as principais actividades:

- a) Continuação do levantamento e inventariação dos imóveis de época e de notoriedade arquitectónica, com recurso às técnicas e metodologias em uso na especialidade;
- b) O espaço geográfico de incidência do projecto é a União de Freguesias de Mangualde, Mesquitela e Cunha Alta, alargando-se a outras freguesias do Concelho de Mangualde;
- c) Contribuição levantamento do património histórico/arqueológico do concelho de Mangualde para a base de dados do Município;
- d) Georreferenciação do levantamento em plataforma SIG em articulação com o gabinete GTF (Gabinete Técnico Florestal).
- e) Colaboração na nos trabalhos de **“Acompanhamento Arqueológico”** em obras públicas de iniciativa da Câmara Municipal de Mangualde.
- f) Apresentação de Relatórios Finais e do Levantamento, impresso e em ficheiro digital editável, junto do gabinete de Arqueologia e Gestão e Programação do Património Cultural do Município de Mangualde.

2. Celebração do contrato

2.1 - O contrato escrito é composto pelo respetivo clausulado contratual e seus anexos.

2.2 - O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:

- a) Os suprimientos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
- b) Os esclarecimentos e as rectificações relativos ao Caderno de Encargos;
- c) O presente Caderno de Encargos;
- d) A proposta adjudicada;
- e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.

2.3 - Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.

2.4 - Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2.2 e o clausulado do contrato, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos (CCP) e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.

3. Elementos que instruem a proposta

3.1 - Na proposta, o concorrente deve indicar os seguintes elementos:

- a) Preço mensal do serviço.

3.2 - A proposta deve ser acompanhada pelos seguintes documentos:

- a) Declaração emitida conforme modelo constante do Anexo I ao CCP, de acordo com a redação dada pelo Decreto-Lei nº 111-B/2017 de 31 de agosto, assinada pelo concorrente ou por representante legal que tenha poderes para o obrigar (modelo anexo à presente plataforma);
- b) Documento comprovativo da habilitação profissional do concorrente que o habilite a exercer os respectivos serviços.
- c) Curriculum Vitae

4. Prazo de execução do contrato

4.1 - O contrato mantém-se em vigor durante **24 meses** após a data da celebração do contrato escrito em conformidade com os respetivos termos e condições e o disposto na lei, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.

4.2 - Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e feriados.

5. Obrigações principais do fornecedor

5.1 - Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o fornecedor as seguintes obrigações principais:

a) Estar disponível quando a Câmara solicitar a sua presença.

5.2 - A título acessório, o prestador de serviços fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à prestação do serviço, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

6. Gestor do Contrato

Para o acompanhamento da execução e da gestão do contrato será designado **António Luís Marques Tavares**, arqueólogo da DGOPPUPE.

7. Preço base

O preço base do presente procedimento é de trinta e três mil oitocentos e quarenta euros (33.840 €), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, correspondendo ao preço máximo que o Município de Mangualde se dispõe a pagar pela execução da aquisição de serviços que constitui o objecto do contrato, resultante de um estudo dos custos médios de anteriores procedimentos.

8. Preço anormalmente baixo

Não aplicável no presente procedimento.

9. Preço contratual

9.1 - Pelo fornecimento dos serviços objecto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, o Município de Mangualde deve pagar ao adjudicatário o preço constante da proposta adjudicada, acrescida de IVA à taxa legal em vigor, de forma mensal.

9.2 - O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contratante público, incluindo as despesas de alojamento, alimentação e deslocação de meios humanos, transporte, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas, patentes ou licenças.

10. Caução

Não haverá lugar à prestação de caução, de harmonia com o previsto no nº 2 do artº 88º do CCP.

11. Adjudicação

A adjudicação do presente fornecimento só terá lugar quando existirem fundos disponíveis, de acordo com o estabelecido na Lei nº 8/2012 de 21 de fevereiro.

12. Critérios de adjudicação

12.1 - A adjudicação será efetuada segundo o critério da proposta economicamente mais vantajosa, na sua modalidade monofator, considerando-se como mais vantajosa a que apresenta o preço mais baixo.

12.2- Em caso de empate, entre uma ou mais propostas em primeiro lugar, a adjudicação será efetuada mediante sorteio, a realizar em sessão pública, da qual será lavrada ata, e para a qual todos os interessados serão convocados. A ordenação das propostas empatadas será fixada pela ordem de extração. Será adjudicada a proposta sorteada em primeiro lugar.

13. Condições de pagamento

As quantias devidas pelo Município de Mangualde devem ser pagas nos 30 dias seguintes à apresentação, nos Serviços do Município, das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após receção das respetivas requisições enviadas pela entidade adjudicante, nos termos da Lei nº 8/2012 de 21 de fevereiro.

14. Força maior

13.1 - Não podem ser impostas penalidades ao adjudicatário, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse

razoavelmente exigível contornar ou evitar.

13.2 - Podem constituir força maior os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

13.3 - Não constituem força maior, designadamente as:

- a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do fornecedor, na parte em que intervenham;
- b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do fornecedor ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
- c) Determinações governamentais, administrativas ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo fornecedor de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
- d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo adjudicatário de normas legais;
- e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do adjudicatário cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
- f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do adjudicatário não devidas a sabotagem;
- g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

13.4 - A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.

13.5 - A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

15. Resolução por parte do contraente público

14.1 - Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o Presidente da Câmara Municipal pode resolver o contrato pelo incumprimento das obrigações estipuladas na cláusula 5ª deste Caderno de Encargos.

14.2 - Esta resolução deverá ser comunicada ao prestador de serviços através de carta registada com aviso de recepção.

16. Seguros

15.1 - É da responsabilidade do adjudicatário a cobertura, através de seguro, de todos os riscos inerentes à presente prestação de serviços, designadamente a cobertura de acidentes de trabalho e responsabilidade sobre terceiros.

15.2 - O Município de Mangualde pode, sempre que entender conveniente, exigir prova documental da celebração dos contratos de seguro referidos no número anterior, devendo o adjudicatário fornecê-la no prazo de 48 horas.

17. Subcontratação e cessão da posição contratual

O adjudicatário não poderá ceder a sua posição contratual ou qualquer dos direitos e obrigações decorrentes do contrato.

18. Resolução de Litígios - Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Viseu, com expressa renúncia a qualquer outro.

19. Encargos do concorrente

Constituem encargos do concorrente as despesas inerentes à elaboração da proposta e à celebração do contrato escrito que aí houver lugar.

20. Comunicações e notificações

19.1 - Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do CCP, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.

19.2 - Qualquer alteração das informações de contato constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte, no prazo de cinco (5) dias úteis.

21. Contagem dos prazos

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

22. Dever de sigilo

22.1 - O fornecedor deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à Câmara Municipal de Mangualde, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.

22.2 - A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.

21.3 - Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que forem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo adjudicatário, ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

21.4 - O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de cinco (5) anos a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos as pessoas coletivas.

23. Legislação aplicável

O contrato é regulado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de janeiro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei nº 111-B/2017 de 31 de agosto e restante legislação aplicável na matéria.

Paços do Concelho, janeiro de 2022

O Técnico Superior,

Assinado por: **António Luís Marques Tavares**
Num. de Identificação: 06561678
Data: 2022.01.28 16:34:32+00'00'



António Luís Marques Tavares